

ESTRATÉGIA COMERCIAL

***Roberto Rodrigues**

O Congresso sobre segurança alimentar global que aconteceu na semana passada no Expo São Paulo no âmbito da Anuga Brasil, feira que mostrou ao mundo a força e a competitividade da nossa indústria de alimentos, trouxe a confirmação de alguns dados alvissareiros conhecidos e também algumas sérias preocupações.

Quanto ao que já sabíamos, foi destaque o conjunto de números informando que em dez anos a oferta mundial de alimentos precisa crescer 20% para que haja comida suficiente e de qualidade adequada para todos os seres humanos; e que para isso acontecer o Brasil terá que aumentar sua oferta exportável de alimentos em 41%, o dobro do crescimento mundial. São dados levantados originalmente por estudo da OCDE em conjunto com a FAO e mais tarde ratificados por pesquisa feita pelo USDA, o poderoso Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Estes elementos se baseiam em três fatores de que o Brasil dispõe em melhores condições do que qualquer outro concorrente nessa frente comercial: terra disponível, tecnologia tropical sustentável e gente capaz em todos os elos das cadeias produtivas. E nos enchem de esperança de que nosso país será o campeão mundial da segurança alimentar.

Mas há dois outros temas que representam dura ameaça a esta perspectiva.

O primeiro deles tem a ver com uma obviedade cristalina: é que tais números acabaram mostrando a todos os países, sobretudo os emergentes, a grande chance de gerar empregos, riqueza e renda aumentando a produção agrícola e agregando valor a ela. A busca de tecnologia para esse fim está estabelecida, e haverá uma enorme disputa pela hegemonia nesta espécie de guerra por mercados. E nesse cenário tem uma variável muito relevante: a "guerra" não se dará apenas nas fazendas e na indústria alimentar, mas também nos gabinetes das mais importantes organizações e instituições que estabelecem as regras de mercado, considerando questões que podem interferir na formação dos preços dos produtos, alijando países e/ou setores que em condições isonômicas seriam francos favoritos, como é o caso do Brasil. Na OMC, na OMS, na própria FAO, entre tantas organizações multilaterais, países concorrentes buscarão reequilibrar suas possibilidades em decisões e painéis que lhes garantam vantagens competitivas que compensem suas desvantagens comparativas. E para isso vão lançar mão de diplomacia comercial agressiva e competente. Esta é a grande questão: estaremos capacitados a enfrentar - nos bastidores negociais - os delegados dos concorrentes? Lembro-me da reunião de Cancun da Rodada de Doha, realizada em setembro de 2003: nossa delegação inteira não chegava a um décimo da americana ou da Europeia em número de membros. E éramos quase todos recém iniciados nessa disputa, enquanto os grandes "adversários" tinham décadas de experiência. No evento da Anuga, semana passada, um ex-diplomata disse que no Brasil existem no máximo 100 pessoas que entendem de comércio internacional. Como enfrentar, por exemplo, estas escaramuças entre Estados Unidos e China que podem mudar todo o atual

modelo de mandatos comerciais, sempre em prejuízo nosso? Eis, portanto, uma fraqueza que precisamos enfrentar com urgência e determinação.

O segundo tema que preocupa tem a ver com a tendência mundial de consumo de alimentos. Aí então há um universo de interesses econômicos privados gigantescos movendo agências de propaganda, governos e academias, criando uma confusão de informações que se contrapõem ao mundo real conhecido. Ao sabor de tais interesses e lobbies vão surgindo regulamentos para a indústria de alimentos e barreiras comerciais de todo tipo, criando vantagens artificiais para alguns concorrentes em detrimento de outros. É o caso dos chamados "alimentos ultraprocessados" que teriam ingredientes nocivos à saúde humana (como se algum fabricante de alimentos industrializados se dispusesse a produzir algo deste tipo, atirando no próprio pé), ou do seu contraponto, a "comida de verdade" cujos limites e conceitos não são tão claros. E no bojo destas discussões surgem notícias como o futuro do consumo de proteínas depender de insetos, de forma a substituir o churrasco de carne por tortas de gafanhotos ou formigas... Ou da campanha contra o açúcar. E barreiras não tarifárias só aumentam, como as ligadas a temas ambientais, sociais, etc. Como sempre, será necessário buscar o bom senso e o equilíbrio, de modo a eliminar excessos e/ou propaganda enganosa.

Em resumo, temos um horizonte positivo sim, mas ele não está dado: teremos que trabalhar muito, mas muito mesmo, para conquistá-lo para valer. Vamos precisar de muito mais gente entendendo de regras de comércio internacional para não sermos apanhados nessas armadilhas preparadas por algum tipo de interesse, legítimo ou não, e não perdermos as vantagens comparativas apontadas pela OCDE, pelo FAO e pelo USDA. A guerra está declarada, temos excelentes combatentes no chão das fazendas e das fábricas, mas nos faltam estrategistas.

*** Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos toda 3ª terça-feira do mês**